

TENDÊNCIAS CONJUNTURAIS DA ECONOMIA BRASILEIRA

Victor Meyer

Equacionados todos esses pontos críticos e assim realizada a integração de capitais entre o Brasil e o grande capital financeiro internacional, parecia que os conflitos do tipo centro-periferia estariam definitivamente colocados em segundo plano.

As mais importantes crises vividas pela economia brasileira contemporânea envolveram o problema das suas relações com o centro do capitalismo mundial. A mais óbvia entre essas crises seria a dos anos 30, mas a mais elucidativa quanto às relações centro-periferia, num sentido moderno, é a que se desdobra no período que vai do imediato pós-guerra ao governo JK, com novos desdobramentos até 64. Estava então em jogo a tentativa persistente das classes dominantes locais para obterem do sistema internacional o bloco de investimentos necessários ao então chamado processo de "aparelhamento da economia" (em outras palavras, o salto qualitativo na constituição do Departamento-I).

Essa *crise*, no sentido lato do termo, teve auges dramáticos e um desfecho parcelado em dois momentos: na segunda metade dos anos 50, quando o capital estrangeiro em larga escala, em vão buscado por Dutra e pelo segundo Vargas, finalmente chega; e em 1964,

quando se impôs uma reforma financeira anunciada com larga antecedência histórica mas que, dada a sua capacidade de gerar dissensões no interior do bloco no poder, vinha sendo sucessivamente adiada. Ressalve-se que 1964 resolveu outros dilemas, além deste: as forças dominantes, - tanto os industriais brasileiros, candidatos a um novo lugar na ordem capitalista, quanto a burguesia financeira internacional, desejosa de viabilizar a economia brasileira para a sua própria expansão - afinal encerram com êxito sua prolongada busca por uma fórmula estável de elevação da taxa de mais-valia no Brasil.

Equacionados todos esses pontos críticos e assim realizada a *integração de capitais* entre o Brasil e o grande capital financeiro internacional, parecia que os conflitos do tipo centro-periferia estariam definitivamente colocados em segundo plano. E, de fato, ficaram em segundo plano nos últimos anos 60 e nos anos 70 - um período já evocado pelo imaginário burguês como reduto dos mitos da idade de ouro - mas retornariam nos anos 80, ressuscitando com novas situações uma problemática antiga. A maldição da *década perdida* abre um novo fosso entre as economias periféricas do tipo da brasileira e o centro do sistema. Durante os anos 80, com a crise da dívida, inicia-se no Brasil uma tendência à queda nos investimentos e na produção e uma perda de dinamismo da indústria, problemática que continua até hoje. Para enfatizar melhor a natureza do drama, talvez baste comparar as taxas de aumento da produtividade

industrial no Brasil com as das economias desenvolvidas durante os anos 80: 15,7 % no Brasil e, por outro lado, 70,5% no Japão, 65,4% na Bélgica, etc. (os EUA atingiram a média de 34,2%). (1).

Esse imenso descompasso poderia ser atribuído à conhecida distância que separa o centro imperialista da sua periferia. Explicação que seria contudo inoperante, dada a sua ampla generalidade. Afinal, distância também havia entre esses dois pólos na década de 50, o que não impediu que o pólo dependente (no caso, o Brasil) conseguisse reduzi-la, via crises e rupturas internas (até que a história novamente os separasse...). Podemos ser mais específicos, nesse ponto: a distância atual entre o Brasil e as economias centrais se explica porque o atraso tecnológico brasileiro dos anos 80 e primeiros 90 contrasta com o simultâneo avanço das economias centrais. Essas últimas passaram e continuam passando por uma mudança qualitativa, a assim chamada Terceira Revolução Industrial.

A economia brasileira encontra-se, nesse contexto, tensionada ao extremo, buscando elevar-se aos patamares emergentes. Os êxitos, até aqui, são meramente pontuais: no máximo caberia ser ressalvada a introdução de tecnologias representativas dos novos paradigmas em algumas poucas indústrias, enquanto na verdade as inovações que se conseguiram disseminar limitam-se, grosso modo, aos ganhos decorrentes das *tecnologias de organização* (qualidade total, terceirização), ainda sem a base

técnica no sentido estrito (os equipamentos de automação flexível). Aos olhos do centro do sistema, esses percentuais brasileiros de produtividade e demais indicadores de **acesso ao admirável mundo novo** aparecem como um resultado pífio. A realização de investimentos internacionais maciços passam a depender da criação de condições internas mais amplas.

Uma das precondições para que o Brasil possa integrar-se à nova dinâmica da economia capitalista central é a elevação da taxa de mais-valia. Isso foi prontamente alcançado e mantido até aqui, mas com o simplismo à brasileira: aqueles 15,7% de aumento da produtividade industrial dos anos 80 foi obtido principalmente via desemprego e compressão do salário real - um expediente sempre válido do ponto de vista do capitalismo, porém muito distante das formas requintadas de elevação da mais-valia relativa que as mudanças produtivas em curso propiciam.

Mas agora, diante das novas transformações do sistema mundial, seria necessário reformar o sistema educacional existente. Essa necessidade, contudo, entra em choque com a concentração da renda, historicamente cultivada pelas classes dominantes brasileiras, - e com as políticas neoliberais vigentes, que promovem a redução dos gastos estatais.

Uma nova reforma financeira é exigida (fazendo-nos lembrar os dilemas de 40 anos atrás) - agora visando elevar os percentuais internos de poupança na economia brasileira. O novo figurino internacional, padronizado pelas políticas económicas dos países centrais, eleva à condição de meta consensual a substituição dos velhos fundos do tipo FGTS (alimentados pelo capital), por fundos privados (alimentados pelos salários), o que não deixa de conter alguma criatividade na atualização de um cânone capitalista de raízes atávicas, aquele que recomenda robustecer a estrutura financeira do capital às custas de uma elevação da taxa de mais-valia.

Outras modificações são exigidas pelo grande capital internacional. Uma delas refere-se ao sistema educacional. As escolas brasileiras adaptaram-se à tarefa de formar e colocar à disposição do mercado o **trabalhador taylorista, ao tempo em** que propiciavam a formação de uma elite pensante muito reduzida. Essa realidade explica a queda tendencial dos gastos em Ciência e Tecnologia no Brasil, ao longo das últimas décadas. Mas agora, diante das novas transformações do sistema mundial, seria necessário reformar o sistema educacional existente. Essa necessidade, contudo, entra em choque com a concentração da renda, historicamente cultivada pelas classes dominantes brasileiras, - e com as políticas neoliberais vigentes, que promovem a redução dos gastos estatais.

Há, portanto, uma crise persistente no capitalismo brasileiro, decorrente do acúmulo de obstáculos frente à perspectiva de um novo estágio de integração com o centro do sistema, no momento específico em que esse último ingressa em reestruturação produtiva. Para que a economia brasileira se habilite a participar de alguma maneira (naturalmente, sem

perder sua condição de dependente) das mudanças em curso no capitalismo central, precisa passar por reformas internas. Um paralelo formal pode ser estabelecido entre essa encruzilhada e aquela que marcou as sucessivas crises dos anos 50 e primeiros 60.

O governo FHC se dispôs a cumprir uma agenda de reformas tendentes à viabilização dessa nova forma de integração, tão almejada pelas classes dominantes. Curiosamente, a principal dificuldade para a efetivação das reformas pelo atual governo não está partindo dos trabalhadores, cujo movimento mergulhou em prolongada desarticulação. A dificuldade maior está partindo das próprias bases de apoio do sistema (e do governo), que incluem forças sociais com interesses divergentes. Exemplo: a elite industrial reclama por profissionais qualificados, mas ao mesmo tempo reivindica o fim da obrigatoriedade dos recolhimentos de natureza social, importantes para manter o sistema educacional. Outro exemplo: entre as bases sociais de apoio do Governo está o velho latifúndio, enquanto as facções burguesas urbanas preferiam uma solução negociada para o movimento dos Sem-Terra. Ou ainda: o caminho escolhido para estabilização (malgrado as alternativas sugeridas por Dornbusch...) está provocando crise industrial e protestos de frações das classes dominantes.

Esses dilemas apresentam complicadores imediatos. Observe-se o atual plano de estabilização, o Plano Real. Para manter o câmbio valorizado, atraindo capitais externos de curto prazo, o governo mantém elevada a taxa de juros. Aparcela desses ingressos externos que excede

o déficit corrente do balanço de pagamentos precisa ser esterilizada, circunstância que promove a emis-

são de títulos de dívida pública, reafirmando e ampliando a alta dos juros. Ao mesmo tempo, visando impedir uma eventual inflação de demanda, o governo encontra mais um motivo para praticar a elevação da taxa de juros, inclusive impondo o compulsório sobre os depósitos bancários. Desse conjunto de pressões altistas sobre os juros decorre a elevação da dívida interna e do déficit operacional nas contas públicas, que tem levado o governo a realizar recorrentes cortes nos seus gastos e investimentos, (2) naturalmente buscando apoiar-se na retórica neoliberal do Estado mínimo. Objetivamente, trata-se de um círculo vicioso, gerador de intensas pressões recessivas.

Um ponto, especialmente, deve ser posto em destaque, entre as contramarchas do Plano Real. A recessão industrial dos últimos meses e a baixa no percentual de investimentos sobre PIB são fenômenos que, em alguns momentos críticos, já se fizeram simultâneos a uma alta das importações, fato que soou como sinal de alarme para a burguesia industrial. Afinal, essa conjunção de fatores guarda simetria com o processo anterior de substituição de importações. Embora venha se manifestando apenas pontualmente, essa confluência de fatores, se projetada sobre o futuro, tendencialmente sugere uma substituição da produção interna pelas importações, com óbvias ameaças ao núcleo industrial interno. Ao sinal de alarme, o governo articulou mecanismo corretivos, aliviando a alta das importações, mas sem alterar a

matriz central da política que gerou o problema.

A crise política atual tem, pois, suas raízes plantadas em dissensões sociais e econômicas bastante abrangentes. Já emerge um sentimento de urgência nos seguidos pronunciamentos da burguesia industrial.

Esse quadro contém ingredientes de uma possível crise institucional. Uma crise que se desenha desde os tempos do Collor, aliás desde os finais da era Sarney, quando o capitalismo brasileiro mostrou estar com suas autodefesas corroídas e com uma vulnerabilidade de tal ordem que chegou a abrir chances, em 1989, para uma candidatura operária acercar-se do governo central (uma situação típica de momentos de crise de hegemonia no interior do bloco dominante). A classe operária depois saiu da cena principal e os industriais recuperaram fôlego como força hegemônica, mas a crise social prosseguiu agravando-se, via crescimento do desemprego, empobrecimento dos assalariados urbanos e sucessivas revoltas de trabalhadores rurais.

E também prosseguiram as dissensões intestinas entre as bases governamentais. Em todo caso, não seria razoável supor que a história pudesse repetir-se, trazendo de volta os anos 50 ou 60, com desfechos marcados por suicídios, ao estilo do antigo Catete, ou pela saída às ruas dos tanques e demais dispositivos de guerra de Minas Gerais, como na sequência dos velhos tempos. No entanto, parece que pelo menos a *alternativa peruana* insinua-se no fundo da cena, indicando uma das possibilidades abertas para a resolução dos impasses. Em recente artigo na *Gazeta Mercantil*,

Teotônio dos Santos levanta um interessante argumento quanto às possibilidades alternativas de evolução da conjuntura: caso houvesse uma rearticulação do movimento operário e uma conseqüente elevação dos salários, a indústria seria fortemente pressionada a modernizar-se, na medida em que a recuperação da taxa de lucro passaria a depender exclusivamente da extração da mais-valia relativa. Sem dúvida um cenário bastante distinto do atual, mas aventado apenas em tese, aparentemente sem encontrar respaldo nos fatos imediatos que se desenrolam diante de nós. Outra possibilidade, nessas vertentes alternativas, seria a entrada em cena da classe operária com uma política própria - hipótese que (salvo na eventualidade de fatos novos) também não encontra indícios consistentes nos horizontes de curto prazo.

** Mestre em economia; professor da UCSAL.*

(1) Ver Wilson Suzigan - A indústria brasileira após uma década de estagnação. Em: *Economia e Sociedade* - Campinas, SP: Revista do Instituto de Economia da UNICAMP, n.01, agosto de 1992.

(2) Ver Oswaldo Guerra - Estabilização e contas públicas. Em: *Conjuntura & Planejamento*. Salvador: SEI, maio de 1996.

(IN: Revista Copnjuntura & Planejamento da SEI – Ba, junho de 1966.)